



ANO 16 Nº 11
 Novembro de 2007

Carta de Conjuntura FEE

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
 Secretaria do Planejamento e Gestão
 FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA
 Siegfried Emanuel Heuser

Rio Grande do Sul: novo pólo de desenvolvimento florestal

Um fato econômico novo e gerador de novas perspectivas para a economia estadual é a sua inserção no processo recente de reorganização espacial das indústrias de papel e celulose nos âmbitos mundial e nacional. A tendência aponta o deslocamento relativo da indústria do Hemisfério Norte para o Hemisfério Sul e, internamente, do eixo São Paulo-Espírito Santo em direção a outros estados.

Em meio a uma importante controvérsia sobre os impactos ambientais do processo, o fato é que o RS — especialmente sua região sul — vem se constituindo em uma área privilegiada de expansão de novos empreendimentos voltados à produção de celulose, processo liderado por importantes grupos empresariais, estrangeiros e nacionais, atuantes no mercado da pasta celulósica e do papel.

A realocação das atividades florestais em âmbito mundial vem privilegiando o Brasil e incluindo, também, o Uruguai e a Argentina. Tendo em vista a instalação e/ou expansão desses investimentos concomitantemente às dos direcionados à região sul do RS, poder-se-ia, até, ir mais além e supor que a convergência geográfica dos projetos corresponderia a estratégias empresariais de formação de um único e novo pólo de desenvolvimento florestal no Cone Sul. Não sendo o pressuposto verdadeiro, então, movimentos independentes dos operadores entre si terminariam significando a constituição do eixo. De todas as maneiras, um movimento dessa natureza só vem reforçar a posição do Estado como área atrativa para investimentos.

A cadeia de base florestal brasileira é internacionalizada, considerando-se a presença de grandes grupos estrangeiros no setor, a profunda integração dos grupos nacionais ao comércio internacional da produção madeireira e, ainda, a imbricação dos interesses de ambos, expressa em associações econômicas de variados tipos (participação no capital, troca de ativos, *joint ventures*).

Todos esses operadores — os recém-chegados e os estabelecidos, independentemente de sua nacionalidade — haviam concentrado as atividades no polígono São Paulo, Espírito Santo, Bahia, Paraná e Minas Gerais, relegando o Rio Grande do Sul a uma posição marginal. Tanto é assim, que se observa que, em todos os elos da cadeia de

celulose e papel, é inexpressiva a presença do Estado, com uma importância relativa que diminui à medida que se avança na cadeia de agregação de valor (tabela).

Considerando a natureza internacional das empresas que lideram o processo de dispersão geográfica dos investimentos em direção ao RS, tem-se, naturalmente, a integração da nova base produtiva estadual ao mercado global.

Do ponto de vista puramente econômico, a reorganização espacial da indústria de celulose e papel em âmbito mundial está associada, de forma importante, à preservação da rentabilidade, que vem sendo ameaçada por custos crescentes da matéria-prima (madeira) em regiões tradicionalmente produtoras do Hemisfério Norte. Certas áreas do Hemisfério Sul apresentam vantagens comparativas nesse particular. Considere-se o Brasil. No País, os índices registrados na produção de madeira de eucalipto, em 2006, atingiam de 38 a 41m³/ha/ano, enquanto, em outros importantes centros produtores — Austrália e região sul dos EUA, como exemplos —, os rendimentos eram bem inferiores, situando-se em 25m³/ha/ano e 6m³/ha/ano respectivamente. São essas vantagens que permitem apostar que o processo de dispersão dos investimentos continuará beneficiando o Brasil.

Os projetos previstos para a cadeia produtiva florestal, uma vez executados e maturados plenamente, significam a estruturação de uma importante cadeia de produção de celulose no setor do agronegócio do RS, competitiva mundialmente, subtraindo o Estado de sua condição de produtor marginal.

Podem-se esperar profundos desdobramentos dos novos investimentos, principalmente sobre a matriz produtiva da região sul do Estado, sobre o desempenho da balança de comércio externo e sobre a infra-estrutura de transporte. Cabem estudos aprofundados sobre, pelo menos, esses grandes temas, cujos resultados, ajuntados a uma base maior de informações — relacionadas estas aos impactos ambientais e sociais dos projetos —, possam subsidiar o Governo na formulação de um marco regulatório para essa que será uma expansão em grande escala do setor florestal.

Indicadores da importância dos novos investimentos para a expansão da cadeia de celulose de eucalipto e papel no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2005

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL (A)	RS (B)	% B/A	NOVOS INVESTIMENTOS NO RS (C) (1)	Δ% C/B
Área de florestas plantadas com eucalipto (ha)	3 407 204	179 690	5,27	360 100	100,40
Madeira para papel e celulose (m ³) (2)	54 698 479	2 561 881	4,68	13 700 000	434,76
Celulose (t) (2)					
Produção	10 352 000	446 073	4,31	3 752 760	741,29
Exportações	5 441 000	352 634	6,48	(3) 2 966 669	741,29
Importações	310 000	18 169	5,86	(3) 0	-
Saldo	5 131 000	334 465	6,52	2 966 669	786,99
Papel (t)					
Produção	8 597 307	204 149	2,37	(4) -	-
Exportações	2 039 000	59 299	2,91	(4) -	-
Importações	770 000	91 010	11,82	(4) -	-
Saldo	1 269 000	-31 711	-	(4) -	-

FONTE: Anuário Estatístico da ABRAF/2007- Ano-Base 2006. SIDRA-IBGE. Aracruz. Votorantim. Stora. Enso. Bracelpa.

(1) Referentes aos resultados dos projetos da cadeia de celulose de eucalipto esperados pelas empresas Aracruz, Votorantim e Stora Enso. (2) Corresponde à madeira e à celulose de pinus e eucalipto para o Brasil e o Rio Grande do Sul em 2005. (3) Dado estimado. (4) Não há previsão de produção de papel nos projetos analisados.

Maria D. Benetti (FEE/CEES)

Produção gaúcha de móveis em recuperação

Apesar dos dissabores decorrentes do câmbio valorizado, que afeta a competitividade de seus produtos, o setor de móveis dá sinais de recuperação, puxado pelo incremento das vendas no mercado interno. Nesse mercado, o aumento do emprego e da massa salarial, associado à aceleração da taxa de crescimento do mercado imobiliário, está-se refletindo nas vendas e nas perspectivas para os próximos anos. Esse maior entusiasmo evidencia-se no aumento da compra de máquinas para a indústria moveleira, bem como no anúncio de novas plantas industriais para a produção de matérias-primas.

Enquanto as exportações brasileiras de móveis cresceram 2,3% no período jan.-set./07, no Estado, o aumento foi de 6% em igual

período. O RS participa com 28,3% das exportações brasileiras de móveis, sendo o segundo maior estado exportador, atrás apenas de Santa Catarina (37,6%). Este último vem perdendo representatividade desde 2004 (45,1%), enquanto as participações de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul aumentaram. A redução das vendas de Santa Catarina pode ser atribuída ao tipo de móvel exportado — padronizado, de madeira maciça — e ao tipo de canal de comercialização — grandes cadeias de lojas.

Participação percentual dos principais estados produtores na exportação brasileira de móveis — 2003/07

ESTADOS	2003	2004	2005	2006	JAN-SET/06	JAN-SET/07
Santa Catarina	48,3	45,1	43,6	38,1	38,5	37,6
Rio Grande do Sul	26,2	28,8	26,7	27,6	27,3	28,3
São Paulo	8,0	8,5	10,1	12,2	12,0	12,6
Paraná	8,9	9,5	9,0	10,8	11,0	11,1
Bahia	4,1	4,7	6,7	7,4	7,3	6,5
Minas Gerais	0,9	0,9	1,2	1,8	1,7	1,9
Outros	3,6	2,5	2,7	2,1	2,2	2,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTE DOS DADOS BRUTOS: MOVERGS/MDIC/Secex/DTIC/Sistema Alice.

Beky Moron de Macadar (FEE/CEES)

O potencial poluidor das atividades industriais no RS

O potencial poluidor (pp) da indústria no Rio Grande do Sul pode ser aferido através do percentual da produção (VAB) industrial oriunda das atividades classificadas segundo o seu grau de potencial poluidor. Para tanto, utilizam-se as subclasses da Classificação Nacional das Atividades Econômicas relativas às indústrias extrativa e de transformação compatibilizadas com a classificação utilizada pela Fepam para as atividades industriais segundo seu pp (alto, médio e baixo) quando do enquadramento dos empreendimentos para fins de licenciamento.

Observa-se que, em termos gerais, há uma concentração significativa nas atividades industriais de alto potencial poluidor. Já na distribuição interna, houve uma mudança entre os anos de 2001 e 2004, com um maior crescimento das atividades de alto pp. Assim, no ano de 2001, cerca de 65% do VAB da indústria era gerado por atividades de alto pp; 30%, pelas de médio; e 5%, pelas de baixo. O ano de 2004 apresentou uma intensificação das atividades de alto potencial poluidor, que passaram a constituir, aproximadamente, 68% do VAB do Estado, enquanto as atividades de médio e de baixo pp se reduziram 28% e 4% respectivamente.

Essas informações podem subsidiar um planejamento na perspectiva do desenvolvimento sustentável, incentivando a implantação de atividades de baixo potencial poluidor.

Distribuição do VAB da indústria de transformação, segundo o potencial poluidor, do Rio Grande do Sul — 2001-04

ANOS	Distribuição (%)		
	ALTO	MÉDIO	BAIXO
2001	65,03	30,07	4,90
2002	66,10	29,65	4,24
2003	68,24	27,82	3,94
2004	67,82	28,18	4,00

FONTE: FEE/CIES/NIS e NPE.

Naia de Oliveira (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br

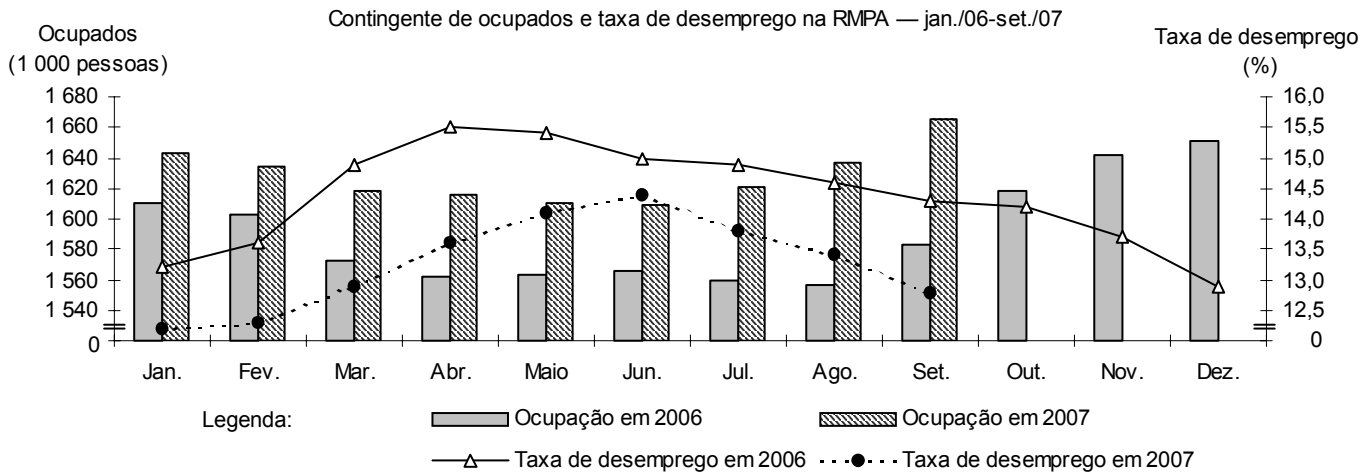


Crescimento da ocupação reduz o desemprego na RMPA

Após seis meses de declínio, observou-se, em julho, agosto e setembro do corrente ano, uma recuperação do nível ocupacional na Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) para 1.621 mil, 1.637 mil e 1.665 mil ocupados respectivamente (gráfico). Com isso, o processo de elevação da taxa de desemprego, que chegou a atingir 14,4% em junho, foi interrompido, tendo esta passado a se situar em 13,8% em julho, 13,4% em agosto e 12,8% em setembro.

Em termos comparativos, é interessante destacar que, em 2006, a recuperação do nível ocupacional e a redução da incidência do desemprego na RMPA começaram a se dar um pouco mais cedo, no mês de maio. Não obstante, ao longo de todo o período jan.-set., essas duas variáveis do mercado de trabalho se situaram em patamares mais satisfatórios, em 2007, em comparação ao ano passado. A

esse respeito, quando se coteja o mês de setembro do corrente ano com o mesmo mês de 2006, constata-se que o nível de ocupação registrou uma elevação de 5,2%, o que representou um ganho de 82 mil postos de trabalho, enquanto a taxa de desemprego se reduziu de 14,3% para 12,8% em idêntica base comparativa. As causas desse comportamento favorável do mercado de trabalho da RMPA em 2007, *vis-à-vis* ao ano anterior, estão associadas ao desempenho da economia do RS, que, de acordo com o Índice Trimestral de Atividade Produtiva (ITAP), registrou crescimento de 8,9% no primeiro semestre do corrente ano, em relação à igual período do ano de 2006, o que está proporcionando impactos positivos sobre a geração de oportunidades de trabalho e, conseqüentemente, a redução da incidência de desemprego no mercado de trabalho local.



FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTS/SINE-RS, SEADE-SP, DIEESE e apoio PMPA.

Raul Luís Assumpção Bastos (FEE/CPED)

O Programa Bolsa-Família no RS

O Programa Bolsa-Família (PBF), principal programa de transferência de renda do Governo Federal, em vigor desde o final de 2003, unificou os diversos programas existentes (Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, Bolsa-Alimentação e Cartão-Alimentação), com o objetivo de reduzir as vulnerabilidades associadas à situação de pobreza, buscando diminuir as desigualdades sociais. O PBF é destinado às famílias com renda *per capita* de até R\$ 120,00, as quais recebem um benefício fixo de R\$ 50,00 e um variável de R\$ 15,00 por gestante, nutriz, criança e adolescentes entre 0 e 15 anos de idade, até o limite de R\$ 45,00.

O Governo Federal é o financiador e o executor do Programa, ficando a cargo dos municípios o papel de efetuar o cadastro das famílias e o seu controle. O recebimento do benefício é condicionado a contrapartidas na área de educação e saúde.

Desde sua implementação, o PBF vem expandindo o número de famílias atendidas. No RS, subiu de 158,6 mil em dezembro de 2003 para 413,6 mil em agosto de 2007. Com esse aumento, o volume de recursos despendidos com o Programa também se elevou, passando de R\$ 122,51 milhões em 2003 para R\$ 280,81 milhões em 2005 e para R\$ 215,34 milhões até agosto de 2007.

As auditorias feitas pela Controladoria Geral da União, no período 2004-06, em 54 municípios do RS escolhidos por sorteio, apontaram que as irregularidades de maior incidência verificadas no PBF foram a duplicidade de cadastro em programas sociais e a existência de beneficiários com sinais exteriores de possuírem renda superior à estabelecida pelo Programa, o que revela a necessidade de um melhor controle.

Número de famílias beneficiadas pelo PBF e suas transferências no Brasil e no Rio Grande do Sul — 2003, 2005 e 2007

DISCRIMINAÇÃO	2003		2005		2007	
	Número de Famílias (1)	Valor Acumulado em Out.-Dez. (R\$ milhões)	Número de Famílias (1)	Valor Acumulado (R\$ milhões)	Número de Famílias (2)	Valor Acumulado em Jan.-Ago. (R\$ milhões)
Rio Grande do Sul	158 574	122,51	398 138	280,81	413 610	215,34
Brasil	3 615 596	3 356,67	8 700 451	6 956,18	10 891 898	5 866,06

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Portal da Transparência, disponível em <<http://www.portaldatransparencia.gov.br>>. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, disponível em <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em outubro de 2007.

NOTA: Valores correntes.

(1) Dados de dezembro. (2) Dados de agosto.

Isabel Rückert (FEE/CEES)

O crescimento econômico será duradouro?

Vive-se hoje, no Brasil, um clima de grande otimismo, que expressa o (quase) consenso de que sua economia manterá, por longo período de tempo, o crescimento iniciado em 2004. Esse otimismo provém de animadoras tendências verificadas há, pelo menos, um triênio, envolvendo as contas públicas e as contas externas do País. Enquanto as mesmas se impuseram, os juros internos foram progressivamente reduzidos, e a atividade produtiva e o investimento foram ganhando alento.

Para o pensamento conservador instalado no Banco Central brasileiro, a conquista do crescimento econômico duradouro deve-se, sobretudo, às aberturas financeira e comercial, à estabilização monetária, à privatização de empresas estatais e à adoção do Regime de Metas Para a Inflação, todas ocorridas na década de 90. Esse regime tornou livres as flutuações cambiais, vinculou a política monetária ao controle exclusivo dos preços internos e constituiu as bases fiscais necessárias para absorver os ônus financeiros dela decorrentes. Ainda que reconheça os benefícios provindos da excepcional conjuntura internacional vivida desde 2003, o mesmo pensamento coloca-a em segundo plano, afirmando que a projetada conquista se deve, sobretudo, aos **fundamentos** engendrados pelas reformas da década de 90.

Infelizmente, é possível que o futuro frustrate o otimismo em alusão. Basta que as taxas de crescimento das exportações e das importações brasileiras permaneçam nos níveis atuais. Nesse caso, o saldo corrente brasileiro seria zerado no início de 2009 e converter-

-se-ia em déficit de aproximadamente US\$ 29,1 bilhões em 2010, ao final do segundo Governo Lula (gráfico). Adicione-se a isso que, por si só, tal evolução das contas correntes provavelmente frearia o influxo de capitais para o Brasil.

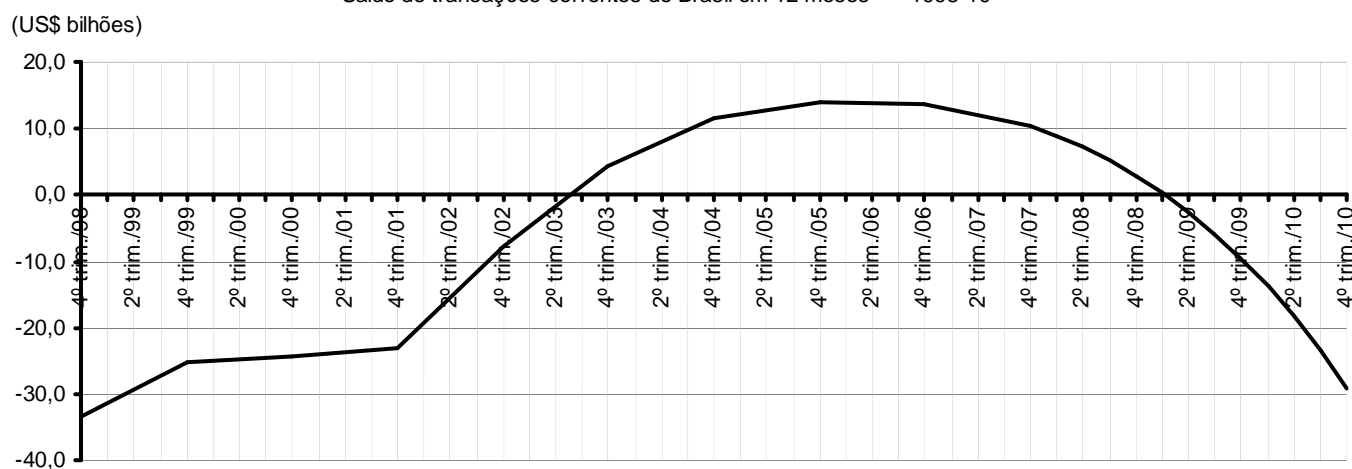
Além disso, se a liquidez internacional escassear em razão dos problemas que pululam hoje, no mercado financeiro, no mundo desenvolvido, a economia brasileira pode, em futuro próximo, ver-se novamente às voltas com as restrições externas que alguns pensam terem sido superadas perenemente.

Sabe-se o que acontece quando escasseiam as divisas externas num contexto institucional e de política econômica como o que prevalece no Brasil. A moeda nacional desvaloriza-se, a inflação e os juros sobem, e o crescimento econômico que se vislumbra é abortado.

Para tentar manter o crescimento econômico, é preciso ir além do conservadorismo. A política monetária tem que o adicionar ao seu objetivo de conter a inflação; a política fiscal tem que preservar os investimentos estratégicos à expansão produtiva, sem destruir as necessárias bases fiscais do Estado nacional; e, na área cambial, são necessárias medidas destinadas a diminuir a volatilidade cambial que deriva dos movimentos de influxo e refluxo de capital.

Há parcelas importantes do Governo Lula que, em oposição ao Banco Central, vêm tentando implementar algumas dessas medidas. É uma questão de embate político.

Saldo de transações correntes do Brasil em 12 meses — 1998-10



FONTE: Bacen.

NOTA: Dados projetados a partir de dez./07.

Pedro Fernando Almeida (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 31.10.07).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria do Planejamento e Gestão.

Tiragem: 250 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Adelar Fochezatto

Diretor Técnico: Octavio Augusto Camargo Conceição

Diretor Administrativo: Nóra Angela Gundlach Kraemer

Conselho Editorial da Carta: Octavio Augusto Camargo Conceição, Adalberto Alves Maia Neto, Míriam De Toni e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editores

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig. Secretária: Lisete Maria Giroto.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Cirei Pereira da Silveira. Composição, diagramação e arte final: Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Lourdes Teresinha dos Santos, Rejane Schmitt Hübner e Vera Sonia da Silva Castro. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.